

IE-00006321-1

Capitalismo sem trabalho*

Ulrich Beck**

Quem são eles? Num jantar em casa — no bangalô próprio, com pennis de ovelha *à la toscana* e ironia como estilo de conversação —, essa pergunta não é respondida com a menção do *hobby* (“pornografia”), do signo (“áries”) ou, como de costume, até os tempos atuais, com a menção da profissão, mas com o relato da carreira de desempregado. A própria repartição municipal do trabalho, onde as pessoas se encontram, já não conhece mais barreiras de classe.

Os membros das “elites de rendimento” [*Leistungseliten*], como afirma o jargão do Partido Liberal Democrata, empenham-se em levar na ironia os absurdos e as humilhações da procura de um emprego. Uma professora diverte os seus ouvintes contando como ela foi solicitada pela Repartição do Trabalho¹ a frequentar o curso “Como escrever uma carta para candidatar-se a um emprego” que ela mesma tinha oferecido pouco tempo antes. Um biólogo, com experiência de vários anos em pesquisa, faz as pessoas chorarem de tanto rir imitando o chefe do departamento de pessoal que o entrevistou e repetindo seus erros de linguagem e de método; por fim, o ápice da estória: rejeitado em virtude de qualificação excessiva [*Überqualifizierung*].

* Tradução de Peter Naumann, com revisão técnica de Carlos Roberto Winckler. Agradecemos ao Instituto Goethe todo o apoio para a publicação deste artigo.

** Autor de **Sociedade de Risco** e Professor-Doutor de Sociologia em Munique.

¹ Repartição do Trabalho [*Arbeitsamt*] é um escritório subordinado ao Instituto Federal do Trabalho [Bundesanstalt für Arbeit], encarregado de agenciar empregos, organizar aconselhamento profissional e pagar o seguro-desemprego. Em 1994, havia 184 Repartições de Trabalho em toda a Alemanha, sediadas em municípios (N.T.).

A insegurança no mercado de trabalho há muito tempo já não atinge mais apenas as “classes inferiores”. Ela se tornou o signo dos tempos atuais. A “profissão para o resto da vida” está ameaçada de extinção. Ninguém quer se dar conta de que com ela afunda todo um universo de valores, o mundo da sociedade centrada no trabalho como fonte do sustento [*Erwerbsarbeit*].

O capitalismo está abolindo o trabalho. O desemprego já não é mais nenhum destino marginal, ele afeta potencialmente a todos e à democracia como forma de vida. Mas o capitalismo global, que se desfaz da responsabilidade pela geração de empregos e pela democracia, solapa também a sua própria legitimidade. Antes de um novo Marx sacudir o Ocidente do seu sono profundo, importa retomarmos idéias e modelos — há muito tempo vencidos — para a elaboração de um contrato social em outros termos. Devemos buscar um novo fundamento do futuro da democracia em um mundo além da sociedade centrada no trabalho [*Arbeitsgesellschaft*].

Assim, para citar um exemplo, na Grã-Bretanha, terra prometida do pleno emprego, só um terço da População em Idade Ativa tem um emprego de jornada inteira no sentido clássico do termo (na Alemanha, essa parcela ainda chega a 60%). Há 20 anos, os dois países ainda empregavam, em regime de jornada inteira, mais de 60% da População Economicamente Ativa. O que é tido como panacéia — a flexibilização do trabalho remunerado [*Erwerbsarbeit*] — encobriu a doença do desemprego ou postergou a sua irrupção, mas não a curou. Muito pelo contrário, tudo aumenta: o desemprego e a nova intransparência [*Unübersichtlichkeit*] composta pelo trabalho em jornada parcial, por vínculos empregatícios precários [*ungesicherte Arbeitsverhältnisse*] e pela reserva de trabalho ainda ociosa. Em outras palavras: o volume do trabalho remunerado está diminuindo rapidamente. Estamos nos encaminhando para um capitalismo sem trabalho — e isso em todas as sociedades pós-industriais do Mundo.

Três mitos protegem o debate público contra a compreensão dessa situação. Em primeiro lugar, de qualquer maneira, tudo é excessivamente complicado — como reza o mito da imperscrutabilidade. Em segundo, o surto de crescimento iminente no setor de prestação de serviços haverá de salvar a sociedade fundada no trabalho — como reza o mito da prestação de serviços. E, em terceiro lugar, só precisamos baixar drasticamente os custos salariais para que o problema do desemprego se desmanche no ar — como reza o mito dos custos.

Que tudo esteja ligado a tudo (ainda que frouxamente) e que seja nesse sentido imperscrutável certamente vale também para o desenvolvimento do mercado de trabalho, coagido pela globalização. Mas isso não exclui enun-

ciados sobre tendências seculares, conforme documentam sobretudo os estudos de Meinhard Miegel sobre cortes longitudinais em escala internacional, apresentadas em Dresden, na última jornada da Comissão de Questões do Futuro dos Estados Livres da Baviera e da Saxônia.

Segundo esses estudos, o fator trabalho foi valorizado constantemente por gerações a fio. Em meados dos anos 70, ocorreu uma cesura. Desde então, podemos observar, em todos os lugares, um desaparecimento do trabalho remunerado, provocado diretamente pelo desemprego (como na Alemanha) ou camufladamente por “formas empregatícias informais” exponencialmente crescentes (como nos EUA e na Grã-Bretanha). A demanda pelo trabalho cai, a oferta de trabalho aumenta (também devido à globalização). Os dois indicadores da diminuição crescente do trabalho remunerado — o desemprego e o trabalho contrário à regulamentação — sinalizam uma situação alarmante.

Há muito tempo, já não está mais em pauta a redistribuição do trabalho, mas a redistribuição do desemprego — também de forma camuflada nas novas formas mistas de desemprego e de emprego, pois essas formas mistas são tidas oficialmente como “emprego (de jornada inteira)” (trabalho por tempo limitado, trabalho mal remunerado [*geringfügige Arbeit*], trabalho em jornada parcial, etc.). Isso vale também para os EUA e para a Grã-Bretanha, os assim chamados paraísos empregatícios/ocupacionais, onde aquelas pessoas que vivem na zona cinzenta entre o trabalho e o não-trabalho e precisam freqüentemente contentar-se com salários de fome já são maioria há muito tempo.

Assim, muitos se iludem conscientemente que, com cada crise, a sopa da sociedade fundada no trabalho se torna cada vez mais rala e que grandes e crescentes parcelas da população, de qualquer modo, só dispõem hoje de “empreguinhos” incertos, com relação aos quais quase não se pode mais falar de garantia (duradura) da própria existência.

Os políticos, as instituições e até nós mesmos pensamos no universo conceitual fictício do pleno emprego. Mesmo as instituições financiadoras de crédito habitacional [*Bausparkassen*] e as companhias de seguros celebram os seus contratos com base na hipótese de que as pessoas “empregadas” têm uma renda duradoura. Não se enquadra nesse estereótipo a situação de quem não está desempregado nem tem uma renda fixa — uma situação que se alastra rapidamente.

Mães abandonam o seu emprego em atenção a seus filhos. Mas o modelo de “três fases”, seguido por elas, já não vale mais. A terceira fase — a volta à profissão depois de as crianças terem saído de casa — pressupõe a ilusão do pleno

emprego. Lamentamos o “desemprego maciço” e operamos aqui com a hipótese de que o estado do trabalho de jornada integral pela vida afora até o início da idade da aposentadoria é o estado natural de uma pessoa adulta. Justamente a República Democrática Alemã foi também, no sentido forte do termo, uma sociedade centrada no trabalho. Agora, descobrimo-nos obrigados a falar de um desemprego maciço nos cinco novos estados da Federação alemã.

Muitos crêem, esperam e rezam para que a sociedade baseada na prestação de serviços nos salve das garras do dragão do desemprego: eis o mito da prestação de serviços. As estimativas e as estimativas contrárias ainda não passaram pelo teste. Decerto vão surgir novos empregos, mas, num primeiro momento, deverá ocorrer justamente o contrário. Conforme mostra o Sociólogo Wolfgang Bonss os núcleos tradicionalmente seguros da geração de empregos no setor serviços serão sacrificados a uma onda de automatização, que está começando somente agora. Assim, o *telebanking* conduzirá ao fechamento de filiais no setor bancário; com a ampliação da sua oferta de serviços, a Telekom² pretende economizar cerca de 60.000 empregos; segmentos profissionais inteiros, como os escriturários, poderão desaparecer.

Mesmo se surgirem novos empregos, eles poderão ser deslocados facilmente para qualquer lugar na era da informática. Muitas empresas (exemplo mais recente, a American Express) instalam divisões administrativas inteiras em países de baixos salários (no caso do exemplo citado, no sul da Índia).

Com efeito — e em contradição aos profetas da sociedade informatizada, que prognosticaram um excesso de empregos altamente remunerados até para pessoas menos profissionalizadas —, a verdade que induz à sobriedade reza que até numerosos empregos no setor de processamento de dados serão atividades de rotina mal remuneradas. Os soldados da infantaria da economia da informática compor-se-ão, conforme escreve Robert Reich, Economista e Secretário de Economia da Administração Clinton, de hordas de processadores de dados, sentados em salas de fundo em terminais de computadores mundialmente interligados com bancos de dados.

No entanto a ilusão central da discussão em andamento é o mito dos custos. Mais e mais pessoas são contaminadas pela convicção freqüentemente cobrada

² Empresa alemã do setor de telecomunicações (N.T.).

de forma militante de que somente uma redução radical dos custos do trabalho e dos salários indicaria a saída do vale de lágrimas do desemprego. Aqui o “caminho norte-americano” se apresenta de maneira reluzente.

Mas, se compararmos os EUA com a Alemanha, evidencia-se que o “milagre empregatício” nos EUA apresenta uma fissura. Empregos para pessoas altamente qualificadas, que, além disso, são também seguros e bem remunerados, são criados a um índice de 2,6% nos EUA, tão rara ou freqüentemente como na Alemanha, país de salários mais elevados, conforme estatística da OCDE de abril de 1996. A diferença está no crescimento de empregos mal remunerados para mão-de-obra de baixa qualificação. Entre nós, percebe-se, no entanto, ainda (!) como um problema, que pessoas que trabalham durante o dia, por, digamos, sete marcos alemães por hora, dormem à noite em caixas de papelão. Mas mesmo uma comparação da produtividade do trabalho desmistifica a “solução” norte-americana. Nos últimos anos, a produtividade apresentou nos EUA, um aumento de apenas 20%, ao passo que na Alemanha aumentou 100%. Um colega norte-americano perguntou recentemente: “Como é que os alemães estão conseguindo fazer isso? São os que menos trabalham e mais produzem”.

Justamente aqui se evidencia a nova lei da produtividade do capitalismo global na era da informática. Um número cada vez menor de pessoas bem profissionalizadas, globalmente permutáveis, pode produzir um rendimento e serviços cada vez maiores. Por conseguinte, o crescimento econômico não inicia mais a redução do desemprego, mas, sim, o contrário, isto é, a redução de empregos: *jobless growth*³.

Mas ninguém se iluda: o capitalismo, que é apenas um capitalismo de proprietários, que não visa nada senão o lucro e exclui os trabalhadores, (o Estado de Bem-Estar Social) e a democracia suspendeu [*hebt auf*] a sua própria legitimidade. Enquanto as margens de lucro de empresas globalmente atuantes crescem, essas empresas subtraem aos dispendiosos Estados duas coisas: empregos e impostos, onerando os outros com os custos do desemprego e da civilização altamente desenvolvida. Dois pobres crônicos — o poder público e o setor privado dos que ainda têm empregos — devem financiar sozinhos

³ Crescimento sem empregos (N.T.).

o que precisamente também é fruído pelos ricos: o “luxo” da segunda modernidade, isto é, escolas e universidades altamente desenvolvidas, sistemas de trânsito em boas condições de funcionamento, preservação da paisagem, rodovias seguras, a variedade trepidante da vida urbana.

Se o capitalismo global dissolver, nos países altamente desenvolvidos, o núcleo de valores da sociedade centrada no trabalho, romper-se-á uma aliança histórica entre o capitalismo, o Estado de Bem-Estar Social e a democracia. Na Europa e nos EUA, a democracia veio ao Mundo como “democracia do trabalho” — no sentido de que ela se fundamenta na participação no trabalho remunerado. O cidadão precisava ganhar, assim ou assado, o seu dinheiro, para insuflar vida aos direitos de liberdade política. O trabalho remunerado sempre fundamentou não só a existência privada, mas também a existência política. Por isso, não estão em jogo “apenas” milhões de desempregados. Também não está em jogo apenas o Estado de Bem-Estar Social, ou o impedimento da pobreza ou a possibilitação da justiça. Todos nós estamos em jogo. A liberdade política e a democracia estão em jogo na Europa.

A vinculação ocidental de capitalismo com direitos fundamentais políticos, sociais e econômicos não é algo como uma “benesse social” que podemos economizar, caso a vida ficar mais apertada. Muito pelo contrário, o capitalismo socialmente garantido é fruto de um esforço combativo enquanto resposta à experiência do fascismo e ao desafio do comunismo. Ele é um ato de ilustração [*Aufklärung*] aplicada. Essa ilustração baseia-se na compreensão [*Einsicht*] de que apenas pessoas que têm uma residência e um emprego seguro e, com isso, um futuro material garantido são, ou se tornam, cidadãos que se apropriam da democracia e lhe infundem vida. A verdade singela afirma que, sem segurança material, não existe a liberdade política, ou seja, não existe a democracia, mas surge a ameaça a todos de novos e velhos regimes e de ideologias de caráter totalitário.

Devemos lembrar insistentemente dos novos democratas pseudoliberais ou dos novos liberais pseudodemocratas, surdos diante dos ensinamentos da História de que o fundamentalismo do mercado, ao qual eles prestam reverência, é uma forma de analfabetismo democrático. Justamente esse mercado não tem em si mesmo a sua justificação. Essa formação econômica só pode sobreviver no vaivém da segurança material, dos direitos sociais e da democracia. Quem aposta apenas no mercado destrói, juntamente com a economia, também essa formação econômica.

Ninguém hoje questiona o capitalismo. Quem ousaria questioná-lo? O único inimigo potente do capitalismo é somente o capitalismo, que só se interessa pelo lucro. Mensagens catastróficas do mercado de trabalho são recebidas como anúncios de vitória na Wall Street. O cálculo subjacente é simples: quando os custos do trabalho diminuem, aumenta o lucro.

Mas as contradições do “capitalismo sem trabalho” também se tornam palpáveis. Os gerentes de grupos multinacionais deslocam as suas administrações para o Sul da Índia, mas enviam seus filhos a universidades de elite na Europa, financiadas pelo poder público. Eles nem pensam em ir para lá, onde criam empregos e pagam impostos reduzidos.

Evidentemente, reclamam para si mesmos os caros direitos fundamentais políticos, sociais e de cidadania, cujo financiamento público eles mesmos torpedeiam. Frequentam as salas de teatro. Fruem da natureza e das paisagens tratadas com custos elevados. Movimentam-se nas metrópoles européias, que ainda são relativamente livres de violência e de criminalidade. Mas, por intermédio da sua economia egocêntrica e da sua política orientada para o lucro, eles simultaneamente contribuem de forma essencial para a desagregação dessa forma de vida. Será que é permitido perguntar onde eles e seus filhos querem viver quando o Estado e a democracia não forem mais financiáveis na Europa?

Apesar disso, o capitalismo vê-se privado da sua legitimidade não por produzir sempre mais com sempre menos trabalho, mas por bloquear a iniciativa por um novo contrato social. Quem reflete hoje sobre o desemprego não pode perder-se e vagar como prisioneiro dos velhos conceitos em meio à discussão sobre o “segundo mercado de trabalho”, a “ofensiva do trabalho em jornada parcial”, os assim chamados **“benefícios alheios ao seguro”**, ou o pagamento continuado do salário em caso de doença, mas deve indagar: como a democracia se torna possível além das seguranças da sociedade centrada no trabalho? O que aparece como fim e como decadência deve ser reconsiderado em uma era fundadora [*Gründerzeit*]⁴ de novas idéias e de novos modelos, que abrem o Estado, a economia e a sociedade para o século XXI.

⁴ *Gründerzeit* [era fundadora] e *Gründerjahre* [anos de fundação] são termos da historiografia alemã e designam o período de 1871 (fim da Guerra Franco-Prussiana e fundação do Império Alemão sob o comando da Prússia) a cerca de 1890, quando as indenizações pagas pela França permitiram à Alemanha um crescimento econômico que consolidou a Revolução Industrial no país (N.T.).

No mundo antiquado da sociedade industrial, dominam dois “empregadores”: o capital e o Estado. No futuro, ambos sairão em regime crônico dessa função. O capitalismo desemprega e torna-se cada vez mais desempregado. O termo “vazio” é mesmo um *understatement* blasfemo para o erário público. Podemos lamentar-nos diante desse fato ou formarmos e configurarmos um novo centro de atividades e de identidade, que vivifique a forma democrática de vida: “trabalho público”. Se a esfera pública [*Öffentlichkeit*] é a arte de envolver pessoas estranhas em um diálogo duradouro sobre os seus assuntos mais pertinentes, então o trabalho público é a arte de complementar essas palavras com ações. O que significa isso?

Compaixão ativa. Eles se chamam “macacos do monóxido de carbono” [*Abgas-Affen*], “vassouras ecológicas” [*Ökobesen*] ou “latas mortas” [*Tote Dosen*]⁵. Mas não é apenas o medo da destruição e da desagregação que os move. Eles são movidos mais pela raiva, diante do fato de que a maioria das pessoas não pensa sobre o que faz. Essa rebelião ativa contra a indiferença tem muitos objetivos e muitas caras: trabalho com idosos e deficientes, desabrigados e aidéticos, analfabetos e excluídos, casas de mulheres, Greenpeace, Amnesty International, etc. “Trabalho público” é, assim, uma atividade híbrida de política, preocupação com outras pessoas e cooperação no cotidiano.

Crítica prática. Muitos advogados, consultores fiscais, médicos, executivos, peritos em administração, etc. querem utilizar o seu conhecimento profissional de outra forma, para influir na opinião pública e na legislação, elaborar planos econômicos para grupos de auto-ajuda, esclarecer sobre a evasão fiscal, aconselhar devedores, revelar perigos escamoteados, etc. Por que não haveríamos de conceder prêmios e comendas para a desobediência civil? (É claro que a concessão deveria ser confiada a cidadãos e/ou cidadãs).

Democracia ativa. Participação dos cidadãos, descentralização — na administração de muitas cidades e municípios ocorreu uma pequena revolução cultural. Ela não promete apenas uma melhor aplicação dos recursos **existentes** [*mehr Wirtschaftlichkeit*], mas também ganhos adicionais de democracia. Um

⁵ Denominações de “iniciativas de cidadania” [*Bürgerinitiativen*], como se autodenominam os movimentos de cidadãos na Alemanha desde o fim dos anos 60. Hoje esses grupos não partidários se empenham sobretudo na proteção ambiental. Os grupos referidos são exemplos de “trabalho público” na Alemanha atual (N.T.).

vereador reclama irritado: “Essa mania de cidadania [*Bürgerei*] só acaba resultando em parlamentos paralelos”. Pois esse é precisamente o problema: o apetite pela democracia vem com o consumo da democracia. A liberdade cria, reforça, amplia a liberdade.

Isso significa: precisamos investir na sociedade civil. Precisamos delegar-lhe competências e poderes, e isso em todos os sentidos: em termos de tecnologia (meios de informação), de economia (financiamento básico), de profissionalização (certificados que valham também no mercado de trabalho).

Como os valores e os objetivos da “sociedade centrada no ganho” se relacionam com os da “auto-organização da sociedade civil”? Não no sentido de alternativas mutuamente excludentes, mas de alternativas includentes. O que provavelmente será decisivo no futuro são a mescla de trabalho formal e auto-organização voluntária, a redução de barreiras jurídicas e de barreiras de mobilidade entre os dois setores, a criação de possibilidades de sair do emprego e de trocá-lo (em periodicidades anual, semanal e mensal).

Desse modo, possibilitar-se-iam duas coisas. Por um lado, quebrar-se-ia o monopólio, que faz da atividade dotada de sentido, socialmente reconhecida e pública, sinônimo do trabalho remunerado. O mercado de trabalho seria aliviado, com a conseqüente redução do desemprego. Por outro lado, o trabalho público criaria novos centros de ação e identidade políticas em meio à sociedade fragmentada e contra ela. Surgiriam os fundamentos (materiais e culturais) de um “individualismo solidário”, tal como o nosso país, no qual, até pouco tempo atrás, ainda valia a palavra de ordem “Não és nada, teu povo (tua classe) é tudo”, ainda não o conheceu na sua história.

Nesse modelo de uma sociedade ativa, não se trata, como se propõe sempre de novo, de substituir o trabalho pago pelo trabalho não pago. Tais modelos, em última instância, permanecem presos ao círculo mágico da sociedade centrada no trabalho. Optar por essa solução significa ousar muito pouco: o lugar do trabalho é ocupado pelo trabalho (trabalho doméstico, trabalho em família, etc.).

Diante disso, torna-se importante uma distinção introduzida já por Hannah Arendt. Ela contrapõe ao **trabalho**, cujos objetivos e produtos justamente não deixam rastro por serem gastos no consumo cotidiano, a **ação**, que presentifica a história e instaura, em atuação conjunta com outras pessoas, o sentido e as instituições políticas. De acordo com essa distinção, a era da dissolução não deve ser combatida — como Alexis de Tocqueville já viu há mais de 150 anos — por menos, mas por mais liberdades políticas,

pois são as liberdades políticas que instauram o sentido social e a coesão na sociedade pós-tradicional. Vamos apresentar aqui quatro objeções, na intenção de tornar mais precisa e adequada à realidade essa idéia destrutivamente bela à primeira vista.

Em primeiro lugar: será que a proposta não fracassa de saída no embate com o egoísmo, ao qual essa sociedade vendeu a sua alma? Em segundo lugar: quem pagará a conta? Em terceiro lugar: será que isso é possível nas condições da globalização? Em quarto lugar: será que o “desemprego criativo” (Ivan Illich) não acaba causando a infelicidade? Será que a identidade do homem não se fragmenta com o desaparecimento do trabalho remunerado?

O que acontece, portanto, com a tão criticada “sociedade do ego”? O Sociólogo norte-americano Robert Wuthnow mostrou que, sem engajamento voluntário em benefício de outras pessoas, todas as sociedades modernas se desagregariam imediatamente. Oitenta milhões de norte-americanos, isto é, 45% da população acima de 18 anos de idade, engajam-se a cada semana, durante cinco horas e mais, em serviços voluntários e para fins beneficentes. Convertido em valores monetários, isso equivaleria a redondos US\$ 150 bilhões anuais.

Esse estudo mostra que, para 75% da população norte-americana, a solidariedade, a prestimosidade e as orientações pelo bem-estar da sociedade ocupam o mesmo grau de proeminência, própria de motivações como auto-realização, êxito profissional e a ampliação dos espaços de liberdade pessoal. Falar de “sociedade do ego” pressupõe as atitudes que se excluem reciprocamente e que, na realidade, formam a auto-realização e a existência em prol de terceiros.

Só quem identifica erroneamente o engajamento com a condição de pertencer como membro a uma organização pode acreditar que a nossa realidade seja diferente. Enquanto os adolescentes ficam cada vez mais distantes das igrejas, dos partidos, dos sindicatos (a idade média dos membros do Partido Conservador britânico, para citar um exemplo, já está agora acima dos 60 anos), as iniciativas de toda a espécie são muito concorridas.

Os mesmos adolescentes que evitam o tédio das organizações coletivas engajam-se em prol do meio ambiente espoliado (mais de 80%); 73% vêem a condição de vida dos sem-teto como um problema central e querem fazer pessoalmente alguma coisa contra esse problema; 71% exigem direitos mais amplos para deficientes; 71% avaliam positivamente o feminismo e creem que ele é importante para os homens e para as mulheres.

No tocante “à decadência dos valores e à indiferença dos adolescentes”, que, de resto, já foi criticada por Platão, elas se baseiam em um “bloqueio do engaja-

mento” por parte das instituições. Concedem-se direitos aos adolescentes, mas esses direitos são podados tão logo os adolescentes queiram exercê-los. Os movimentos de cidadania sofrem cada vez mais sob o tomiquete que o Estado lhes aplica. O poder não é efetivamente delegado. Esse é o sentido do termo “bloqueio do engajamento”. Muitas pessoas já não se engajam pelo simples motivo de terem feito a experiência “de que isso, de qualquer modo, não vai dar em nada”.

Quem deverá financiar o investimento no “capital social”, na sociedade ativa? Na República Federal da Alemanha, temos uma distribuição muito desigual de mais de quatro quatrilhões de marcos entre as economias familiares [*Privathaushalte*]: 10% das economias familiares possuem pouco menos de 49%, 40% possuem outros 49%; em contrapartida, 50% das economias familiares dispõem de apenas 2,4% do patrimônio privado.

Os empresários descobriram a pedra filosofal. A nova fórmula mágica reza: capitalismo sem trabalho mais capitalismo **sem impostos**. A arrecadação do imposto de renda-pessoa jurídica, do imposto sobre os lucros dos empresários, caiu, de 1989 a 1993, na razão de 18,6%; a sua participação em toda a receita tributária do Estado praticamente diminuiu pela metade (de 6,4% para 3,7%), ao passo que, simultaneamente, os lucros aumentaram com frequência, mais de 10%. Dentre outras coisas, isso expressa também o novo jogo do poder chamado globalização. Muitos empresários se transformam em contribuintes **virtuais**.

O capital é móvel, e isso em escala global, enquanto os Estados são territorialmente vinculados. Na medida em que o mesmo produto, decomposto em várias fases produtivas, é produzido difusamente em vários países e continentes, a localização do lucro torna-se cada vez mais duvidosa e, concomitantemente, se abre cada vez mais a estratégias empresariais de minimização da carga tributária.

Com a internacionalização da produção, surgem duas vantagens estratégicas para as empresas: produz-se uma concorrência global entre a mão-de-obra cara e a mão-de-obra barata e as condições tributárias e as repartições de fiscalização tributária de um Estado podem ser jogadas como trunfos contra as condições e as repartições de outros Estados, acabando por ser solapadas. Podemos reconhecer nesse novo poder das empresas a transferência bem-sucedida das leis da economia de mercado para a área da política, mas, em verdade, a situação é muito mais picante. Como a reivindicação de numerosas prestações comunitárias (universidades caras, hospitais caros, sistemas dispendiosos de trânsito, jurisprudência cara, recursos gastos na pesquisa) não está vinculada ao

local de cobrança dos tributos, muitas empresas estão em condições de minimizar a carga tributária enquanto se estabelecem, simultaneamente, em Estados que oferecem a melhor infra-estrutura.

Lugar de investimentos, lugar de produção, lugar de tributação e domicílio podem ser escolhidos sem vinculação entre si. Muitas empresas se beneficiam do baixo nível de tributação dos Estados pobres e fruem o elevado padrão de vida dos Estados ricos. Pagam os impostos onde eles são mais baratos e vivem onde se vive melhor. Tornam-se, assim, os pingentes [*Trittbrettfahrer*]⁶ de prestações infra-estruturais caras.

Tal situação contém um considerável potencial de conflitos. Por um lado, surgem contrastes entre contribuintes virtuais e reais (os que ainda têm empregos, as empresas menores que não dispõem dessa nova mobilidade e estão expostas à ação convencional do fisco). Esses são os “idiotas”, os perdedores da globalização.

Por outro, são justamente os gladiadores do crescimento econômico, cortejados pelos políticos, que solapam a autoridade do Estado, reivindicando as suas prestações, mas sonogando-lhe os impostos. Os novos virtuosos dos impostos virtuais solapam de forma legal, embora ilegítima, o bem-estar da coletividade [*Gemeinwohl*], a política e o Estado. Nesse sentido, a situação da política neoliberal, que jura de pés juntos no mercado, assemelha-se à ironia suicida do racionalizador, que prepara e executa a sua própria demissão.

Aqui só cabe uma conseqüência: devemos eliminar o tabu em torno dessa fonte de injustiça social, que necessita, de resto, ser transformada em objeto de debates públicos, no interesse mais genuíno da própria atividade política. O problema da distribuição precisa ser colocado na ordem do dia. Os ganhadores da globalização devem ser novamente comprometidos com o bem-estar da coletividade. O sistema de seguridade social carece de reformas em vários dos seus aspectos, mas a conclusão paradoxal afirma: não menos dinheiro, mas mais dinheiro, corretamente aplicado e distribuído! Para investimentos no trabalho público, vale o mote: com pouca coisa, pode-se fazer muito. A sociedade floresce, a riqueza pública cresce.

⁶ A imagem do pingente, do passageiro que viaja no estribo de um bonde ou pendurado em qualquer outro veículo sem pagar a passagem, é sinônimo de “proveitador” (N.T.).

Aqui fica evidente: precisamos de uma nova definição de “riqueza”. Essa definição deve incluir, entre outros aspectos, também indicadores como participação social, liberdade política, etc., pois uma sociedade com uma economia florescente, que, no entanto, causa o desemprego das pessoas e as empurra para a marginalidade, não é uma sociedade “rica”, mas apenas uma sociedade residual para os ricos.

Mas vamos botar finalmente as cartas na mesa, quem pagará a conta? Apresentamos, a seguir, quatro reflexões de caráter experimental.

O modelo dos “incentivos fiscais”. Aqueles que se engajam publicamente pagarão, em contrapartida, impostos (consideravelmente) mais reduzidos (semelhantemente à situação atual, na qual se podem abater donativos ou na qual instituições de utilidade pública são liberadas do pagamento de impostos). Objeção: esse modelo pressupõe a existência do trabalho remunerado no plano da renda familiar. Os que de qualquer maneira ganham bem recebem aqui a possibilidade de tornar a sua vida mais variada, por intermédio do engajamento público.

O modelo da “garantia das necessidades básicas, financiada com recursos da arrecadação tributária”. Aquelas pessoas que atuam em organizações voluntariamente constituídas receberiam uma espécie de “bolsa do poder público” (como já se pratica em formas rudimentares na Saxônia).

O modelo “**opção pelo desemprego ou pela participação na sociedade civil**”. Segundo esse modelo, os desempregados terão, futuramente, uma nova opção: podem decidir se querem continuar desempregados ou atuarem em organizações constituídas voluntariamente. Esse modelo nos reserva surpresas. Pensado até às suas últimas conseqüências, ele poderia redundar na abolição do desemprego — não pela criação de novos empregos (em jornada parcial), mas pela vivificação e vivência da auto-organização da sociedade.

Se o “modelo norte-americano” resulta em uma combinação de pleno emprego e de *working poor*, o “modelo alemão” (europeu) poderia ter por objetivo uma combinação de trabalho remunerado e atuação na sociedade civil com as necessidades básicas financiadas pelo Estado. As pessoas que se engajam em auto-organizações já não estão mais “disponíveis para o mercado de trabalho” e, nesse sentido, já não são mais “desempregadas”. São cidadãos ativos, que se engajam pelo bem-estar da coletividade e recebem, em contrapartida, a garantia (por prazo limitado) da satisfação das suas necessidades básicas.

O modelo “custeio de cidadania para todos”, financiado com recursos oriundos da arrecadação tributária; o montante será objeto de discussões. Mui-

tos temem que esse tipo de garantia das necessidades básicas sacramento a exclusão dos segmentos populacionais em perigo — das mulheres, dos pobres, dos deficientes — do trabalho e da sociedade. Por isso, seria importante pagar esse custeio de cidadania, não sem contrapartidas, mas combiná-lo com ofertas da sociedade includente, que visam a uma participação ativa.

Será que uma tal reforma epocal pode ser iniciada em um país isolado? Se o diagnóstico apresentado for correto — de que o capitalismo se torna desempregado e causa o desemprego —, então ele assinala um desafio global, que todas as sociedades altamente desenvolvidas deverão enfrentar mais cedo ou mais tarde. Aquele país, no entanto, que desenvolver primeiramente uma resposta prática a essa pergunta, que enfrentar, em outras palavras, os perigos que ameaçam a democracia, estará, a longo prazo, em todos os sentidos “na dianteira” — inclusive em termos econômicos.

Por fim, no que diz respeito ao alegado monopólio do trabalho remunerado na definição da identidade da pessoa, estudos empíricos apontam, já no presente, uma mudança profunda de postura: o número de pessoas que procuram as duas coisas — o trabalho remunerado e o engajamento fora do universo do trabalho — é cada vez maior. Se esse engajamento fora do universo do trabalho remunerado for socialmente valorizado, premiado e compatibilizado com o trabalho remunerado, ele certamente haverá de instaurar a identidade e a coesão sociais.

O cenário esboçado pretende desembocar em uma proposta: a práxis invisível da auto-ajuda social e da auto-organização da sociedade deve ser tornada visível. Devemos conferir a ela um peso econômico, organizacional e político. Isso só será possível se investirmos na sociedade civil — democratizando, com isso, por assim dizer, a democracia. Necessitamos de uma aliança entre o Estado e o cidadão em benefício da sociedade civil — no caso, emergencial contra o trabalho e o capital. Mas essa aliança deveria incluir todos os que acalentam o sonho da democracia.

Abstract

The author analyses new structural unemployment, the role of production internationalization, and the advantages that large companies take in this scenery which would eventually break the historical alliance between capitalism, welfare state, and democracy. Investment, production, tributes, and domicile are not necessarily connected in the same site any more. As an alternative, it would be necessary to put into the agenda a new concept of "richness", one that should include citizenship indicators. The author also proposes options that make apparent the necessity to reorganize on new basis the relations between state and civil society.